

## PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

### Entre as Instituições

- 1ª) Instituto Superior Técnico (IST/UTL) com sede na Av. Rovisco Pais, Lisboa, neste acto representado pelos seu Presidente, António Cruz Serra, actuando como Instituição Proponente,
- 2ª) Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) com sede na Av. Do Brasil, 101, Lisboa, neste acto representado pelos seu Presidente do Conselho Directivo, Carlos Alberto Matias Ramos, actuando como Instituição Participante
- 3ª) Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P. (ARH do Tejo, I.P.) com sede na Rua Braamcamp, 7, Lisboa, neste acto representado pelos seu Presidente, Manuel Ruano Lacerda, actuando como Instituição Participante

é estabelecido o presente Protocolo de Colaboração, que se obrigam mútua e reciprocamente a cumprir e a fazer cumprir:

### Cláusula 1ª

#### (Objecto)

1. O Protocolo de Colaboração tem por objecto a realização do projecto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico intitulado "RIVERSAR - Exploração de imagens SAR para aperfeiçoar modelos de inundação no Rio Tejo" (o Projecto), com referência PTDC/CTE-GIX/099085/2008 suportado pelo Orçamento do programa COMPETE - Programa Operacional Factores de Competitividade na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE, e que foi objecto de um Termo de Aceitação assinado pelas Instituições nacionais e pela Investigadora Responsável Sandra Isabel das Neves Heleno da Silva.
2. As Instituições assumem a figura de Proponente ou Participante, nos termos da Candidatura do projecto devidamente homologada.
3. As Instituições Proponente e Participantes são designadas por entidades beneficiárias ou por parceiros.

### Cláusula 2ª

#### (Vigência)

O Protocolo de Colaboração terá a duração necessária ao integral cumprimento do seu objecto, com início na data de início do Projecto e termo quando, cumulativamente, estejam salvaguardados os deveres, responsabilidades e obrigações de todas as Instituições

beneficiárias, e dos seus membros, para com o Programa financiador nos termos definidos no Termo de Aceitação e nos Regulamentos nele indicados.



### **Cláusula 3ª**

#### **(Investigador/a Responsável)**

1. A Investigadora Responsável do Projecto é a Investigadora Sandra Isabel das Neves Heleno da Silva.
2. Além das funções internas previstas no nº 3 do Art.2º do Regulamento de acesso a financiamento de projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico/2008, a Investigadora Responsável terá as seguintes funções:
  - a) Representar o Projecto nas relações com o(s) organismo(s) responsável(eis) pela análise, acompanhamento, fiscalização, controlo e auditoria do projecto, sendo interlocutor/a privilegiado/a enquanto Investigador/a Responsável, e neste âmbito assegurar a transmissão de informação e diligências por si desenvolvidas às restantes instituições participantes e respectiva equipa;
  - b) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhe sejam solicitados (seus e dos restantes parceiros), pelas entidades competentes para a análise, acompanhamento, avaliação de resultados e impactes, controlo e auditoria do projecto;
  - c) Comunicar à FCT todas as alterações ou ocorrências relevantes (suas e dos restantes parceiros) que ponham em causa os pressupostos relativos à aprovação do projecto;
  - d) Solicitar à FCT e obter autorização prévia para proceder à introdução de quaisquer alterações ao Projecto, das quais se destaca, a título exemplificativo, a modificação das entidades beneficiárias.

### **Cláusula 4ª**

#### **(Responsabilidade por tarefas do Projecto)**

De acordo com a candidatura aprovada para o projecto e a divisão proposta para as respectivas tarefas, a responsabilidade das mesmas é cometida às seguintes entidades beneficiárias:

- a) Tarefa 1 - Building datasets of SAR amplitude imagery, multispectral imagery, and ground-based hydraulic information – Instituto Superior Técnico
- b) Sub-Tarefas 2a., 2b., 2d. da Tarefa 2 - Water/Land separation in SAR and multispectral imagery - Instituto Superior Técnico
- c) Sub-Tarefa 2 c. da Tarefa 2 - Water/Land separation in SAR and multispectral imagery (c. “classify inundation areas and limits for all flood events identified in subtask 1.b, using all SAR and multispectral imagery available for these episodes”) – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
- d) Tarefa 3 - Assembling a DEM for river channel and floodplain description - ARH do Tejo. Cabe contudo ao Instituto Superior Técnico a responsabilidade de suportar financeiramente os trabalhos de campo necessários para a prossecução desta tarefa, como descrito na candidatura aprovada para o projecto.
- e) Tarefa 4 - Calibration of physically based flood simulation models - Instituto Superior Técnico
- f) Tarefa 5 - Mapping flood events on the Lower Tagus River - Instituto Superior Técnico





- g) Tarefa 6 - Investigation of the morphological evolution of the Lower Tagus River -  
Instituto Superior Técnico



#### **Cláusula 5ª**

##### **(Deveres gerais da Instituição Proponente)**

1. A Instituição Proponente é a entidade que lidera o Projecto. Para além da coordenação do Projecto, cabe à Instituição Proponente a interlocução com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, em nome de todos os parceiros.
2. Constituem deveres da Instituição Proponente:
  - a) Submeter electronicamente à FCT, nos prazos e condições estabelecidas nos Art.17º e 18º do Regulamento de Acesso a Financiamento de Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, os Pedidos de Pagamento com as listagens de despesa de todas as instituições beneficiárias, assegurando que as mesmas se encontram devidamente certificadas e enviando os documentos que sejam requeridos;
  - b) Assegurar a demonstração do cumprimento das obrigações legais, designadamente as fiscais e para com a segurança social de cada uma das Instituições Participantes que sejam financiadas no âmbito do projecto, bem como de outras condições a que estes estejam obrigados.

#### **Cláusula 6ª**

##### **(Deveres gerais das Instituições)**

1. Além dos enunciados no Regulamento de Acesso a Financiamento de Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico/2008 e no nº 5 do Termo de Aceitação, constituem ainda deveres gerais das Instituições e das suas equipas:
  - a) Executar o projecto nos termos e prazos fixados no Termo de Aceitação;
  - b) Comunicar ao/à Investigador/a Responsável, todas as alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à aprovação do projecto, bem como outros elementos que lhe sejam solicitados para efeitos de validação pelas entidades competentes para a análise, acompanhamento, avaliação de resultados e impactes, controlo e auditoria;
  - c) Manter a situação regularizada perante a entidade pagadora do incentivo, no caso de ser financiado no âmbito do projecto;
  - d) Não afectar a finalidade diversa da prevista no Termo de Aceitação, nem locar, alienar ou por qualquer modo onerar, no todo ou em parte, durante o período de vigência do contrato de concessão de incentivos, os bens e serviços adquiridos no âmbito do projecto, sem prévia autorização da Fundação para a Ciência e a Tecnologia;
  - e) Executar diligentemente as tarefas inerentes à parte que compete a cada parceiro no plano de trabalhos aprovado para o Projecto, afectando-lhe os necessários e competentes meios humanos e materiais;
  - f) Enviar, atempadamente, ao/à Investigador/a Responsável as contribuições julgadas necessárias para a elaboração dos relatórios científicos de progresso e final;
  - g) Enviar à Instituição Proponente com conhecimento do/a Investigador/a Responsável, dentro dos prazos definidos, as listagens de despesas,



devidamente certificadas, nos termos do Artigo 17º do Regulamento de acesso a financiamento de projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico/2008, com excepção das Instituições Participantes estrangeiras;

lil  
Chud

- h) Cumprir as regras de publicitação explicitadas no sítio da Internet da FCT e (para projectos com co-financiamento FEDER) no sítio da Internet do COMPETE - Programa Operacional Factores de Competitividade;
- i) Disponibilizar ao/à Investigador/a Responsável e nos prazos por este/a estabelecidos, os elementos que forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, avaliação de resultados e impactes, controlo e auditoria;
- j) Permitir o acesso aos locais de realização do investimento e das acções previstas no projecto, quando aplicável.

#### **Cláusula 7ª**

##### **(Dever de Confidencialidade)**

1. Salvaguardando-se o direito das entidades beneficiárias do Projecto de publicarem os resultados do projecto de investigação que resultem de IDT por si realizada e de divulgarem amplamente os resultados através de conferências técnicas e científicas ou publicações científicas e técnicas, todas as informações trocadas entre as equipas de investigação, relativamente ao Projecto e todas as informações científicas e técnicas resultantes do desenvolvimento do Projecto, são de natureza confidencial, só podendo ser utilizadas para os fins do Projecto e não podendo ser reveladas a terceiros sem o prévio consentimento por escrito das outras Instituições.
2. Cada Instituição deverá assegurar que os seus empregados e colaboradores respeitem a obrigação de confidencialidade aqui prevista, não fazendo uso das informações confidenciais nem as revelando a terceiros sem a devida autorização.
3. Exceptuam-se do disposto nos números 1 e 2 as informações que:
  - a) Sejam legitimamente obtidas de um terceiro não vinculado por compromisso de confidencialidade a qualquer das entidades beneficiárias;
  - b) Sejam já do conhecimento de uma entidade beneficiária, antes de esta as ter recebido no âmbito do Projecto, conforme prova constante dos seus arquivos;
  - c) Sejam já do conhecimento público à data da recepção ou se tornem do conhecimento público, sem que tenha havido incumprimento de nenhuma das entidades beneficiárias.
4. A obrigação de confidencialidade assumida através desta Cláusula manter-se-á, independentemente do termo da execução do Projecto, por um período de 5 anos após o seu termo.

#### **Cláusula 8ª**

##### **(Contribuição de cada Instituição)**

1. A contribuição de cada Instituição para o Projecto é definida nos termos da Candidatura devidamente homologada e do Termo de Aceitação assinado por todas as Instituições nacionais e pelo/a Investigador/a Responsável.

R



2. Cada Instituição obriga-se, além de executar pontualmente as tarefas inerentes à sua contribuição, a suportar a parte não comparticipada respeitante aos trabalhos que lhe compete executar.
3. Cada Instituição obriga-se a, dentro dos prazos contratuais, corrigir as deficiências encontradas no tocante à sua contribuição para o Projecto, cuja rectificação seja exigida pelas entidades competentes para acompanhamento, controlo e fiscalização do Projecto.

#### **Cláusula 9ª**

##### **(Receitas e despesas)**

1. As importâncias recebidas ao abrigo do financiamento referido no Termo de Aceitação constituirão receita das Instituições, sendo por elas distribuídas nos termos da Candidatura devidamente homologada.
2. Todas as despesas no âmbito da execução do Projecto, serão exclusivamente suportadas pela Instituição responsável pela sua contratação.
3. Os pagamentos são efectuados pela FCT exclusivamente à Instituição Proponente.
4. A Instituição Proponente deve proceder à transferência para a(s) Instituições Participante(s) da correspondente parcela do apoio, após recebimento de cada tranche de financiamento e recepção da informação completa que permita associar o financiamento creditado ao projecto em causa, no prazo máximo de 15 dias úteis.

#### **Cláusula 10ª**

##### **(Propriedade Intelectual ou Industrial)**

1. Os direitos de propriedade intelectual, ou de saber-fazer, sejam direitos de autor sejam direitos de propriedade industrial, constituídos como resultado de actividades anteriores à celebração do presente contrato permanecem na titularidade do Outorgante que as desenvolveu, mesmo que sirvam de base para desenvolvimentos ao abrigo do presente contrato.
2. A utilização dos direitos referidos no ponto anterior, que se revele necessária para a execução do projecto objecto do presente contrato, poderá ser licenciada, ou cedida, aos restantes Outorgantes com base no disposto num termo adicional a este contrato.
3. Se da execução do projecto de investigação objecto do presente protocolo resultarem direitos de propriedade intelectual, sejam direitos de autor sejam direitos de propriedade industrial, ou de saber-fazer, estes serão detidos, em compropriedade, pelos Outorgantes. Salvo se o contrário resultar de um termo adicional ao presente contrato, a quota-parte dos Outorgantes co-titulares dos direitos de propriedade intelectual ou de saber-fazer deve reflectir o investimento feito por cada destes para a criação do objecto desses direitos. Não sendo possível determinar esta proporção, serão iguais as quotas-partes dos Outorgantes co-titulares desses direitos.
4. Os Outorgantes co-titulares de direitos de propriedade intelectual ou de saber-fazer acordarão, através de um termo adicional a este contrato, regras de confidencialidade e/ou de condições de registo, manutenção, extensão territorial, defesa, utilização própria e exploração daqueles direitos, devendo abster-se, até que esse termo adicional seja firmado, de todos os actos que possam prejudicar a constituição, defesa e exploração daqueles direitos, nomeadamente a publicação ou divulgação de qualquer desenvolvimento realizado subjacente a esses direitos.

5. O termo adicional referido no número anterior deve maximizar a criação de valor económico, podendo prever a possibilidade de um dos Outorgantes liderar o processo de valorização desses direitos, nomeadamente através do licenciamento da sua exploração, assumindo os riscos e benefícios proporcionais a essa liderança.

*lwl*  
*Chul*

#### **Cláusula 11ª**

##### **(Propriedade Final dos Bens Adquiridos e Resultados)**

1. Os bens e serviços adquiridos no âmbito do projecto são propriedade da Instituição que os adquirir.
2. Os bens e serviços adquiridos no âmbito do projecto não podem, durante o período de vigência do Projecto, ser afectos a outras finalidades, nem locados, alienados ou por qualquer modo onerados, no todo ou em parte, sem prévia autorização da entidade competente para a decisão.
3. Os bens desenvolvidos no âmbito do projecto são propriedade das instituições beneficiárias, na proporção do investimento total homologado (alternativa: ou na proporção das despesas elegíveis aceites no final do Projecto).

#### **Cláusula 12ª**

##### **(Responsabilidade)**

1. Cada uma das instituições beneficiárias é individualmente responsável pelo cumprimento das suas obrigações, não havendo lugar à responsabilidade solidária por parte da Instituição Proponente ou por parte do/a Investigador/a Responsável.
2. Cada Instituição é responsável pelos prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, durante a execução da sua prestação.
3. De acordo com o estabelecido no número anterior, cada uma das Instituições é responsável perante as entidades competentes pelos atrasos ou imperfeições que cometer durante a execução das suas tarefas.
4. Nas relações internas, observar-se-á o seguinte:
  - a) Cada Instituição é responsável pelas consequências dos atrasos ou imperfeições que cometer na execução das tarefas que lhe estão atribuídas, sendo obrigada a repará-las por si ou a expensas suas;
  - b) Durante a execução do Projecto, cada Instituição é responsável pelos prejuízos que, pela sua conduta ou omissão, causar a qualquer outro Membro, ou a seus trabalhadores ou colaboradores.

#### **Cláusula 13ª**

##### **(Incumprimento)**

1. O presente Protocolo pode ser resolvido nos casos de falta grave de uma Instituição ou de impossibilidade de cumprimento de uma obrigação por circunstâncias que lhe sejam imputáveis.
2. A declaração de resolução não pode ser proferida sem prévia notificação dirigida à Instituição a que a situação de incumprimento diga respeito para, em prazo razoável, não inferior a 15 (quinze) dias, sanar a situação de incumprimento.

*AR*



3. As Instituições remanescentes devem tomar as providências necessária para reparar as consequências do incumprimento da Instituição excluída e para a conclusão do Projecto, por si mesmas ou com a colaboração de terceiros.
4. A resolução do Protocolo não isenta o Membro excluído do dever de indemnizar os demais pelos prejuízos causados.
5. A parte que tiver entrado em incumprimento obriga-se a entregar às restantes partes todo o trabalho que já tiver desenvolvido, de forma a permitir àquelas a execução da prestação em falta, nas melhores condições.
6. A Instituição Proponente deve informar a FCT, no prazo máximo de cinco dias úteis sobre a resolução do contrato. Tal informação deve ser acompanhada de cópia da declaração proferida.
7. Analisada a declaração de resolução, a FCT pode, no prazo de 10 dias úteis, convidar a Instituição Proponente a reformular o projecto ou a encontrar outra Instituição Participante.

O presente Protocolo de Colaboração, depois de lido, vai rubricado e devidamente assinado pelas Instituições, ficando um exemplar para cada entidade parceira do Projecto e um, que será enviado à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP.

Lisboa, 28 de Janeiro de 2010

Pelo Instituto Superior Técnico

Assinatura \_\_\_\_\_



(António Cruz Serra)

Pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Assinatura \_\_\_\_\_



(Carlos Alberto Matias Ramos)

Pela Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.

Assinatura \_\_\_\_\_



(Manuel Ruano Lacerda)